

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÁREA DEMANDANTE: ÁREA DE PLANEJAMENTO.

ADVOGADA: Alice Braga Boynard.

CONTRATADA: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

CONTRATO: OCS Nº 0246/2015 – SAP nº 4400001297 – Inexigibilidade de Licitação nº 077/2015.

OBJETO DO CONTRATO: Acesso simultâneo para até 40 (quarenta) usuários à coleção eletrônica RT Online.

VALOR: Até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

AUTORIZAÇÃO: Do Sr. Diretor da Área de Planejamento, em 29/05/2015, por meio da Decisão DIR7 nº 13/2015, com base na IP AP/DEPLAN/COPEDE nº 14/2015, de 20/05/2015.

PRONUNCIAMENTO JURÍDICO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Por meio da Nota AP/DEJUP nº 013/2015, de 20/05/2015.


FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA: Artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 30/06/2015.

CERTIDÕES (VALIDADE)

SRFB/PGFN/INSS: 16/11/2015
CNDT: 15/11/2015
FGTS: 01/09/2015

CEIS: indeterminado
CNJ: indeterminado


Alice Braga Boynard
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR1


Mariana Terk Campos
Gerente Substituta
AA/DEJUR/GEJUR1


Marcelo Simon da Silva
Chefe de Departamento
AA/DEJUR

CONTRATO OCS Nº 0246/2015
CONTRATO SAP Nº 4400001297
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 077/2015

CONTRATO DE ACESSO À BASE DE DADOS ONLINE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E A EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA., NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em São Paulo – SP, na Rua do Bosque, nº 820, Barra Funda, CEP 01.136-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 60.501.293/0001-12, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 077/2015, com fundamento no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, e na IP AP/DEPLAN/COPED nº 14/2015, de 20/05/2015, autorizado pela Decisão DIR7 nº 13/2015, de 29/05/2015, cujo extrato foi publicado no DOU em 02/06/2015, seção 03, página 118, com previsão orçamentária sob a rubrica nº 3.10.270.0001 (Assinatura Jornais/Revistas), Unidade Orçamentária nº BN25003000 (AP/DEPLAN), observado o disposto na Lei nº 8.666/93, têm, entre si, justo e contratado, o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO


O presente **CONTRATO** tem por objeto o acesso simultâneo para até 40 (quarenta) usuários à coleção eletrônica RT Online, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, **Anexos I e II** a este **CONTRATO**.

Parágrafo Único

O conteúdo da coleção eletrônica é composto por 20 (vinte) títulos a seguir relacionados:

- I - Revista dos Tribunais – a partir de 1986;
- II - Revista Brasileira de Ciências Criminais – coleção completa;
- III - Revista de Arbitragem e Mediação – coleção completa;
- IV - Revista de Ciências Penais - RCP – coleção completa;
- V - Revista de Direito Ambiental – coleção completa;
- VI - Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais – coleção completa;

Editora Revista dos Tribunais
CNPJ 60.501.293/0001-12

 **BNDES**

Alice Braga Boynard
Advogada

[Handwritten signatures]

- VII – Revista de Direito Brasileira – RDBRAS – coleção completa;
- VIII - Revista de Direito Constitucional e Internacional – coleção completa;
- IX - Revista de Direito do Consumidor – coleção completa;
- X - Revista de Direito do Trabalho – coleção completa;
- XI - Revista de Direito Imobiliário – coleção completa;
- XII - Revista de Direito Privado – coleção completa;
- XIII - Revista de Processo – coleção completa;
- XIV - Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) - coleção completa;
- XV - Revista Tributária e de Finanças Públicas – coleção completa;
- XVI - Revista Brasileira de Direito Desportivo – coleção completa;
- XVII - Revista de Direito Educacional – coleção completa;
- XVIII - Revista de Direito das Comunicações – coleção completa;
- XIX - Revista do IBRAC (Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional) – coleção completa; e
- XX - Revista Tributária das Américas – coleção completa.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente **CONTRATO** terá a duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e do Projeto Básico, respectivamente, **Anexos II e I** deste **CONTRATO**, observando-se especialmente quanto a este último:

- I. O Item 2 (Prazos / cronograma de realização do serviço / fornecimento); e
- II. O Item 3 (Locais de execução do objeto).

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, por meio da Gestora indicada no inciso II da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO**, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste **CONTRATO** e em seus **Anexos**, sendo observado que o recebimento do objeto:

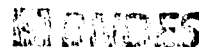
- I. Constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado; e
- II. Não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), conforme Proposta apresentada pela **CONTRATADA** (**Anexo II**), observado o disposto na **CLÁUSULA SEXTA** deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO**.

 **BNDES**

Alice Braga Boynard
Advogada



Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização à **CONTRATADA**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste **CONTRATO** mensalmente, em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, por meio de crédito em conta bancária em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pela Gestora do **CONTRATO** das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em via física, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, ao endereço de e-mail <nfe@bndes.gov.br>.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações, sob pena de não ser efetuado o pagamento no prazo previsto no *caput* desta Cláusula:

- I. Número da Ordem de Compra/Serviço – OCS e número SAP;
- II. Descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. Período de referência da execução do objeto;
- IV. Nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. Nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. Nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. Contratante: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do Contratante: 33.657.248/0001-89; e
- IX. Local de execução do objeto, discriminando-se os valores por localidade, se for o caso.

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal deverão ser anexados:

- I. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. Comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. Em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. Demais documentos solicitados pela Gestora do **CONTRATO**, necessários ao pagamento do objeto contratado.

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada

[Handwritten signatures]

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no **CONTRATO**, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Durante o período de vigência estabelecido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, não será admitido reajuste ou repactuação de preços, devendo a **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. A **CONTRATADA** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do **CONTRATO**, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão;
- III. Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. O **BNDES** examinará o requerimento e informará à **CONTRATADA** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do **CONTRATO**, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

Edição Revista dos Tribunais
CNPJ 00.601.233/0001-12

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada

[Assinatura]

- I. Caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. O **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. Caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus **Anexos** ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Observar, na execução do objeto do presente **CONTRATO**, todas as condições estabelecidas no Projeto Básico (**Anexo I**) e na Proposta apresentada pela **CONTRATADA** (**Anexo II**);
- II. Manter durante a vigência deste **CONTRATO** todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- III. Comunicar eventual imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- V. Reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do **CONTRATO**;
- VI. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste **CONTRATO**, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VII. Providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante do SIMPLES:
 - a) Extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste **CONTRATO**; ou
 - b) Enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006.
- VIII. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do **CONTRATO**;
- IX. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada

Handwritten signatures and initials.

adequada execução do **CONTRATO**;

- X. Designar 1 (um) preposto como responsável pelo **CONTRATO** firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- XI. Impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente **CONTRATO**;
- XII. Observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico <<http://www.bndes.gov.br>> ou requisitado à Gestora do **CONTRATO**, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XIII. Adotar, na execução do **CONTRATO**, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XIV. Garantir que o objeto do presente **CONTRATO** não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, convencionando-se, desde já, que a **CONTRATADA** será responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo;
- XV. Cumprir, durante a execução do **CONTRATO**, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se, desde já, que o **BNDES** poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal ou judicial; e
- XVI. Notificar ao **BNDES**, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do objeto deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus **Anexos** ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste **CONTRATO**;
- II. Designar como Gestora do **CONTRATO** a Sra. Gisele Pinheiro Costa, que atualmente exerce a função de gerente do AP/DEPLAN/COPED, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do **CONTRATO**, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. Designar, como substituta da Gestora do **CONTRATO**, para atuar em sua eventual ausência, a Sra. Margareth Ramos do Carmo Freitas, que atualmente exerce a

Editora Revista dos Tribunais
CNPJ 60.501.203/0001-12

BNDES

Alice Braga Reynard
Advogada



função de coordenadora de serviço do AP/DEPLAN/COPED;

- IV. Alterar, quando conveniente, a Gestora do **CONTRATO** e/ou sua substituta, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;
- V. Fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado à Gestora do **CONTRATO**, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado; e
- VII. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao presente **CONTRATO**;
 - b) A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Caso a **CONTRATADA** venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**.

Parágrafo Único

Assim que solicitado pela Gestora do Contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pelo **BNDES**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS. SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente **CONTRATO**, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. Aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. Manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no Projeto Básico (**Anexo I**).

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente **CONTRATO**, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Editora Revista dos Tribunais
CNPJ 00.564.293/0001-12

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada



Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.666/93:

I. Advertência;

II. Multa:

- a) De até 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, incidente sobre o valor total do **CONTRATO**, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, em caso de descumprimento dos prazos de execução previstos no **CONTRATO**;
- b) De até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do **CONTRATO**, apurada de acordo com a gravidade da infração, por qualquer descumprimento contratual não previsto na alínea anterior;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do **CONTRATO** pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Editora Revista dos Tribunais
CNPJ 60.501.293/0001-12

BNDES

Alison Braga Boynard
Advogada



Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido:

- I. Por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO**, quando cabível;
- II. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. Por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o **CONTRATO**, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, a **CONTRATADA** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do **CONTRATO**, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente **CONTRATO** o Projeto Básico e a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, **Anexos I e II** ao presente Instrumento.

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição e/ou discordância entre os termos da Proposta oferecida pela **CONTRATADA** (**Anexo II**) e o Projeto Básico (**Anexo I**), prevalecerá o estabelecido neste.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação, nem impedirá as partes de exercerem seus direitos a qualquer tempo.

BNDESAlicia Braga Boynard
Advogada

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste **CONTRATO** são rubricadas por Alice Braga Boynard, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2015.

Francisco Eduardo Santos Rizzo
Francisco Eduardo Santos Rizzo
Diretor de Departamento
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

M. Carduff
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

FABÍLIO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

FABÍLIO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA o VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
MARIA CAROLINA LOURENÇO GUIMARAES, a qual confere com padrão
depositado em cartório.

São Paulo/SP, 10/08/2015 - 16:57:07

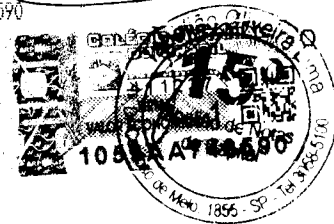
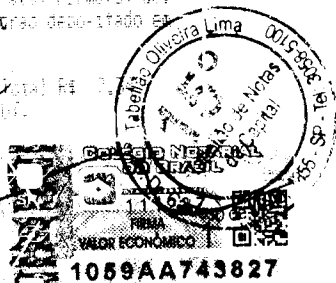
Em Testemunha da verdade. Total R\$ 7,34

DOUGLAS VIEIRA DARIO - ESCRIVENTE

Etiqueta: 739340 Selos: AA 748590

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Editora Revista dos Tribunais
CNPJ 60.501.293/0001-12

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada

MC